

# Movimentos sociais e a ambiguidade do conceito de educação não formal

DORACI ALVES LOPES

Professora titular da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC Campinas, Brasil.

LEANDRO SILVA DE OLIVEIRA

Graduando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC Campinas, Brasil.

---

## 1. Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar uma reflexão sobre a produção acadêmica dos dois conceitos: Movimentos Sociais (MS) e a Educação Não Formal (ENF), realizada na *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações* e verificar em que medida está associada à avaliação de conteúdos sobre esta forma de ensino. A abordagem dos resultados está baseada em determinadas questões históricas do conceito de cidadania e de sociedade civil organizada, a partir da redemocratização do país, em fins dos anos setentas.

Esta perspectiva de relacionar estes conceitos resulta de uma determinada visão teórica para uma discussão sobre "Movimentos Sociais", "Educação Não-Formal" e "Avaliação", o que possibilita avançar na análise qualitativa dos resultados quantitativos obtidos na pesquisa bibliográfica realizada na primeira etapa deste estudo, conforme veremos adiante.

Fundamenta-se ainda na compreensão de um processo de complementaridade existente entre momentos metodológicos, de modo que a pesquisa quantitativa traga à luz dados, indicadores e tendências observáveis, enquanto a abordagem qualitativa propicie o aprofundamento da complexidade de fenômenos e processos particulares (MINAYO & SANCHEZ, 1993), que estão sendo desenvolvidos na segunda fase desta pesquisa<sup>1</sup>.

Foi feito inicialmente amplo levantamento e sistematização bibliográfica, realizado entre outubro de 2008 e fevereiro de 2009, combinando as palavras-chave 'movimentos sociais', 'educação não formal' e 'avaliação', bem como algumas variantes conceituais, encontradas nas seguintes bases de dados: 1) *Scientific Electronic Library Online – Scielo*, 2) *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD*. O objetivo foi verificar a representatividade da produção acadêmica e criar certos critérios de análise para aprofundar o conhecimento e a relação entre os conceitos. Realizamos, ainda, buscas no *Sistema de Bibliotecas e Informação (SBI) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas*, utilizando os mesmos critérios, observando, contudo, a presença da questão regional, que estão sendo retomadas na continuidade da pesquisa (PIC 2009-2010: *Movimentos Sociais e Educação Não Formal: Avaliação de um estudo de caso*).

A escolha destas bases justifica-se pela abrangência de seus arquivos que, combinados, oferecem um acesso qualificado ao conhecimento da produção científica; uma reconhecida confiabilidade como fonte organizada de registros de trabalhos acadêmicos e a disponibilidade pública de seus acervos. Tendo em

---

<sup>1</sup> PIBIC 2009-2010: *Movimentos Sociais e Educação Não Formal: Avaliação de um estudo de caso*.

vista a intensa produção de trabalhos acadêmicos alcançados pela pesquisa, principalmente para o conceito de ‘movimentos sociais’, optamos por delimitar a pesquisa à BDTD.

O caminho metodológico para o desenvolvimento desta investigação não pode ser compreendido separadamente dos objetivos e propostas da própria pesquisa. Sérgio Vasconcelos Luna, em *O Falso Conflito Entre Tendências Metodológicas* (1994), afirma que um dos requisitos fundamentais para a caracterização de uma pesquisa é a existência de uma pergunta que se deseja responder.

(...) a Metodologia não tem *status* próprio (...) precisa ser definida em um contexto teórico metodológico qualquer. Em outras palavras, abandonou-se (ou vem se abandonando) a ideia de que faça qualquer sentido discutir a metodologia fora de um quadro de referência teórico que, por sua vez, é condicionado por pressupostos epistemológicos (LUNA, 1994, p. 25).

A delimitação do problema de uma pesquisa pode, senão definir, ao menos restringir a certo número de possibilidades os caminhos a serem percorridos na busca de respostas. Para Triviños, a relação dinâmica entre a metodologia e objetivos decorre das próprias características da análise qualitativa, cujo processo não admite visões isoladas, mas, reformula-se constantemente, retroalinhando-se em uma interação dinâmica “de maneira que, por exemplo, a Coleta de Dados num instante deixa de ser tal e é Análise de Dados, e esta, em seguida, é veículo para nova busca de informações” (TRIVIÑOS, 1987: 137).

Levando em conta as palavras-chave e as variantes conceituais como, por exemplo, “Educação Popular” e “Lutas Sociais”, os resultados mais expressivos destas consultas foram os da BDTD.

Devido à intensa fragmentação de temas relacionados a movimentos sociais verificada nas três bases, optamos por outro critério de representatividade dentro da base BDTD. Dentre a vasta multiplicidade de esferas de ação e de interesses políticos observados, verificamos que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST se destaca.

Tomando como exemplos as análises dos movimentos feministas, negros e ambientalistas, entre outros, chegamos a diferentes tipos de análises de organizações políticas, ou seja, a diferentes movimentos sociais feministas, negros e ambientalistas. Quanto às diferenças regionais ou políticas dentro do MST, este é reconhecido como um movimento de articulação nacional, o que se expressa em grande medida na produção acadêmica nas bases pesquisadas. Além destes argumentos, ainda existe o fato do MST tratar a Educação como parte intrínseca de sua organização política.

A discussão dos principais resultados da pesquisa a seguir é permeada pelo conceito de cidadania, seja para Movimentos Sociais, Educação Não Formal e Educação Popular.

## 2. Movimentos sociais e cidadania: mudanças históricas

A reflexão sobre a realidade dos movimentos sociais remete-nos a intrincados processos históricos e a complexas relações políticas. Por abrangerem uma grande diversidade de dimensões em seu espaço de ação política, os movimentos sociais admitem diferentes perspectivas analíticas em seu estudo. As teorizações nem sempre têm acompanhado a realidade dos movimentos sociais que é bastante dinâmica (SCHERER-WARREN, 2006).

Diante desta questão, adotamos uma abordagem teórica que situa historicamente a definição de movimentos sociais associada ao conceito de cidadania. Remetemo-nos à *noção de cidadania e de pertença* que surge de um exercício realizado por Maria Célia Paoli, no qual se distinguem três modos de compreender o elo entre experiências de cidadania, bem como seu reverso, as várias formas de exclusão na história do país (2003).

Uma primeira experiência se situa no chamado republicanismo liberal e pode ser definido pela negação "das possibilidades políticas de diferentes grupos sociais em sua aspiração a ter um papel constitutivo na formação das então novas esferas de interesse e de direitos a serem negociadas no âmbito governamental" (PAOLI, 2003: 175-178). Deixaram como legado ao mundo do trabalho em formação, e a seus atores organizados, uma sobrevivência obscura e cotidiana que a autora chama de '*não-lugar*'.

O segundo modo de experiência de cidadania, transcorrido no período da era Vargas, acontece como uma solução autoritária, normativa e judicializada para a entrada do Brasil nos tempos modernos. Consiste numa apropriação pelo Estado das demandas reivindicatórias das classes trabalhadoras organizadas, visando uma centralidade política para o controle das lutas por direitos sociais, até transformá-las em uma realização do próprio Estado. Profundas transformações nas concepções sobre as relações de trabalho e sua configuração no espaço público acabam por emergir desta dinâmica e traduzem-se na fundação estatal dos direitos do trabalho e dos sindicatos.

Ainda segundo a autora, o surgimento dos chamados *novos movimentos sociais* configura a *terceira experiência de cidadania no Brasil*, ocorrida desde finais da década de 1970 até meados de 1990. É nesta terceira fase da *cidadania* que situamos nossa análise, caracterizada pela heterogeneidade, diversidade e complexidade da sociedade civil e que, embora muito diferentes entre si e dificilmente em contato sistemático, tais movimentos sociais abriram um caminho inédito de ação política e de pensamento acadêmico para a sociedade brasileira.

Para Evelina Dagnino (2004), a investigação de distintos projetos de construção democrática e dos significados que os constituem ocorre no Brasil com a ruptura da momentânea "unidade" da sociedade civil que havia se construído em torno do restabelecimento do Estado de Direito e das instituições democráticas. "O debate entre as várias concepções de democracia que se inicia naqueles anos, expressando a diversidade que sucedeu àquela 'unidade', catalisou boa parte das energias intelectuais e políticas do país". (DAGNINO, 2004: 98).

Refletindo sobre experiências de como os setores populares e suas organizações abriram espaço para uma participação efetiva na gestão das políticas públicas, como, por exemplo, os Conselhos Gestores Populares de Porto Alegre, Dagnino aponta o fato de que

Há um pipocar de microexperiências que não pode ser minimizado porque deixa entrever as possibilidades de transformações importantes como resultados da construção da cidadania. Acho também que essas experiências apontam uma nova fase dos próprios movimentos sociais, representada pelo seu esforço de adequação à institucionalidade democrática, que revela uma alteração qualitativa nas suas práticas. (DAGNINO, 1994: 110).

As mudanças desencadeadas nos campos político e social brasileiro desde a redemocratização refletiram-se nas reflexões acadêmicas sobre os movimentos sociais, daí a intensa fragmentação de temas relacionados a este conceito encontrado nas bases pesquisadas.

Destacamos do levantamento para os termos “movimentos sociais” na Base BDTD, 177 ocorrências, sendo que 160 foram produzidas entre 2001 e 2008, o que corresponde a 90,4% do total, havendo 9% (ou 16 produções) na década anterior, 1991 a 2000, e apenas um trabalho no ano de 1987, na busca avançada para esta base, na década de 1980. Observamos ainda que a região sudeste é responsável por 57% da produção, enquanto a região sul tem 24% do total, nordeste e centro-oeste têm 9% cada e apenas 1% da produção vem do norte do país, conforme o *Quadro 01*.

MOVIMENTOS SOCIAIS				
Sudeste	Sul	Nordeste	Centro-este	Norte
UNICAMP: 33	UFRGS: 19	UFPE: 8	UNB:12	UFPA: 2
PUC SP: 29	PUC RS: 6	UFBA: 3	UFGD: 1	
USP: 17	UFSM: 6	UFC: 2	UCG: 1	
PUC RJ: 8	UFSC: 5	UNEB: 1	UCB: 2	
UERJ: 3	UEPG: 3	UFMA: 1		
UFSCAR: 3	EST: 1	UFRN: 1		
UFU: 3	UNISINOS: 1			
UFV: 3	UNIOESTE: 1			
METODISTA: 1				
PUCC: 1				
101	40	16	13	2

FONTE: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Ibict 2009.

Alertamos, entretanto, para o fato de estes resultados serem relativos e não refletirem a produção acadêmica nacional de teses e dissertações, até porque a própria BDTD é recente para consultas e muitas universidades não digitalizaram ainda toda sua produção passada para consultas on-line. Portanto, estamos tratando de um universo muito dinâmico, em constantes mudanças, porém interessante para uma visão ampla desta produção acadêmica.

No Brasil, muitos movimentos ganham maior visibilidade neste processo, dentre os quais podemos destacar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O MST constitui-se hoje no movimento de maior destaque na luta pela terra no Brasil e esta afirmação é confirmada por ser um dos mais proeminentes nos estudos sobre movimentos sociais nas bases consultadas. Dos 177 resultados para a busca do conceito “movimentos sociais” na BDTD, 22 têm abordagens relacionadas ao MST. Sua trajetória, reivindicações, propostas, ideais e contradições têm sido debatidas e são objeto constante de análises, tanto no espaço acadêmico e midiático, quanto dentro do próprio movimento. O fato de o MST ser pensado, contínua e periodicamente, constitui uma das singularidades de sua história perante os demais movimentos sociais.

Muitos autores procuram responder quais são as contribuições destas reflexões para a identidade social e política do Brasil, desde sua formação e expansão como movimento nacional a partir de 1978/79.

Diante desta realidade política, refletimos sobre a presença do conceito de ENF em relação ao MST e constatamos que, na maioria dos trabalhos, o tema Educação é fundamental. A ideia de educação aparece imbricada no projeto político da Reforma Agrária e no ideal de sociedade defendido pelo movimento. Este se compreende como sendo educativo em toda a sua prática, não podendo ser dissociado da mesma. Verificamos ainda que o uso do conceito de Educação Popular (EP) é dominante para designar as ações educativas nos assentamentos, com amplas referências ao pensamento de Paulo Freire, ao invés do conceito de ENF.

### 3. Educação não formal, educação popular e avaliação: convergências e divergências em debate.

A educação não formal, como os movimentos sociais, tem sido abordada por diversos autores a partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Dependendo da concepção histórico-política de sociedade e de educação de um autor, esta definirá o papel que atribuirá ao conceito de ENF.

Concebemos a educação não-formal como um processo de formação para a cidadania, no sentido de despertar a consciência de direitos e deveres e o exercício da democracia (GADOTTI, 2005). Concordamos com os que definem a ENF como construção, cultural e historicamente situada, espaço e tempo de aprendizagens de direitos políticos pensados por sujeitos sociais autônomos, sem oposição à EF e muito menos automaticamente associada à pobreza ou à qualificação de mão de obra para o mercado. (LOPES, 2009; OLIVEIRA; LAZZARI e LOPES, 2009).

A partir da pesquisa bibliográfica, selecionamos uma amostra representativa dos resultados para a busca por *educação não formal* e *educação popular*, em busca da variante com resultados mais expressivos na BDTD para verificar de que maneira estes conceitos aparecem na produção nacional. Em uma grande parte dos trabalhos, os autores realizam uma abordagem espontânea e secundária do conceito *educação não formal*, o que aponta para uma lacuna de discussão teórica e metodológica mais sistematizada.

Na dissertação de Sápiras (2007), por exemplo, o objetivo é “investigar de que forma as conversas estabelecidas por meio das interações entre estudantes do ensino fundamental II, durante visitas ao Museu Biológico do Instituto Butantan, podem favorecer o processo de aprendizagem” (SÁPIRAS, 2007: 6), embora o conceito “educação não-formal” esteja entre as palavras chave de seu estudo, a autora restringe-se ao debate sobre visitas interativas, não apontando para uma discussão mais articulada do conceito. O mesmo se pode dizer de outras pesquisas que utilizam a ENF para pensar sobre mídia e educação, educação e imagem, ação pedagógica e ambiente hospitalar, educação ambiental não-formal, entre outras. Não há nestes trabalhos uma discussão mais sistematizada, historicamente contextualizada. A ENF aparece como uma opção meramente figurativa e naturalizada do conceito.

O estudo de Wille (2003) é um exemplo à parte. Embora seu objetivo seja “investigar como os processos de ensino e aprendizagem musical se manifestam nas experiências e vivências não-formais e informais dos adolescentes fora da escola” (WILLE, 2003: 8), a autora apresenta uma abordagem sistemática do conceito ENF para além das especificidades do seu objeto de pesquisa. Wille parte de uma análise dos

termos formal, não-formal e informal referindo-se à educação musical, com muitas referências bibliográficas a respeito.

Quanto ao conceito *educação popular*, que foi utilizada como uma das alternativas mais usadas para a *educação não formal*, buscamos realizar uma análise comparativa de dados para descobrir como se distribuem pelo país os trabalhos que fazem uso de um ou outro termo. Foi feita uma verificação por Instituições de Ensino Superior (IES), identificando as regiões e datas de publicação.

Há uma predominância do sudeste nas produções referentes ao conceito *educação não formal* com 70% do total de 41 trabalhos levantados, o que representa 29 publicações, enquanto que, para Educação Popular, nas 81 ocorrências há um equilíbrio entre sul e sudeste com aproximadamente 39% em cada região (31 ocorrências para o sudeste e 34 para o sul), ver *Quadros 2* (ENF) e *3* (EP).

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL				
Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-oeste
UNICAMP - 12	UFRGS - 4	UFPE - 2	UFPA - 1	
USP - 4	UFSM - 2	UFC - 1		
PUC RJ - 3	FURG - 1			
METODISTA - 3	UNISINOS - 1			
PUC - 2				
UNINOVE - 2				
UFV - 1				
UFF - 1				
MACKENZIE - 1				
29	8	3	1	0

FONTE: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Ibict 2009

EDUCAÇÃO POPULAR				
Sudeste	Sul	Nordeste	Centro-oeste	Norte
PUC SP - 8	UFRGS - 16	UFPE - 3	UNB - 2	UFPA - 1
UNICAMP - 8	UNISINOS - 7	UFBA - 2	UCG - 2	
UFSCAR - 6	PUC RS - 3	UFC - 2	UCB - 1	
UFF - 3	FURG - 3	UFRN - 1		
UFJF - 2	EST - 1	UFAL - 1		
METODISTA - 2	UFSM - 1	UFMA - 1		
PUC RJ - 2				
MACKENZIE - 1				
USP - 2				
34	31	10	5	1

FONTE: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Ibict 2009

Embora não haja reflexão suficiente para afirmações taxativas sobre o significado destes dados, o fato de o sul constituir-se na região embrionária da organização do MST e, provavelmente, de ser onde se encontra mais organizado e enraizado, conforme afirma Vargas Netto (2007), não deixa de ser uma pista.

Sugere que um dos fatores que diferenciam sensivelmente o uso de educação popular no sul tanto quanto no sudeste (ao invés de educação não formal, onde o sudeste se destaca) é mesmo a associação da EP com os vários movimentos sociais da região sul. Quanto aos períodos de publicação, em ambos os casos há uma predominância acentuada de produções registradas entre 2001 e 2008 (BDTD), sendo 95,1% para ENF e 84% para EP.

É importante salientar também que, nos resultados para a educação popular, há, em grande medida, envolvimento dos pesquisadores com os projetos de movimentos, associações, ONGs e outras entidades civis, de modo a demonstrar uma maior aproximação e identificação com os projetos políticos e processos educativos.

Destacamos, ainda, que o resultado para a busca ao conceito de "Avaliação" sobre conteúdos em ENF é praticamente inexistente, apresentando apenas 01 resultado (OLIVEIRA, 2007).

Notamos que os estudos sobre a educação, defendida como "emancipatória", necessita ser avaliada pelos sujeitos sociais que reivindicam seus direitos (GHON, 2004). O mesmo princípio de avaliação pode ser encontrado em estudiosos da EF (NORONHA, 2006), o que reforça a existência de um pensamento crítico encontrado em autores que refletem sobre a ENF, como a ideia de que não deve haver oposição entre EF e ENF. Isto, contudo, não altera o fato de não encontrarmos uma discussão mais sistematizada e contextualizada de avaliação de ensino/aprendizagem em ENF nas abordagens sobre os movimentos sociais.

#### 4. Considerações finais

Há uma clara preferência pelo conceito de EP, de fato, associado principalmente a movimentos sociais. O resultado nos levou a pensar na existência de uma disputa entre pelo menos dois projetos políticos fundamentais no país nas últimas décadas, conforme a discussão realizada por Evelina Dagnino (2004). Um pode ser chamado de projeto democrático-popular, dos movimentos sociais, e outro seria o projeto neoliberal, de defesa do Estado mínimo, ambos em disputa para dar significado a vários conceitos, como cidadania, democracia, participação, entre outros. É o que a autora denomina de "confluência perversa", dada as ambigüidades de entendimento que geram no conjunto da sociedade. Nosso trabalho concluiu que esta disputa de significados está se manifestando também no uso do conceito de ENF.

A pesquisa bibliográfica revela que este termo pode estar presente em estudos sobre práticas educacionais pertencentes a projetos políticos antagônicos. O conceito de ENF é amplamente utilizado por projetos de Responsabilidade Social, de iniciativa Empresarial (LAZZARI, 2009), enquanto, nas análises sobre movimentos sociais, as práticas educativas são designadas muito mais pelo conceito Educação Popular (EP). Mas, de todo modo, os dois conceitos ganham relevância, quando ocorrem claros 'deslocamentos de sentido' sobre o que se entende por 'cidadania'. Seja para certos estudos em EP ou em ENF, que podem aparecer tanto no campo de discussão da Responsabilidade Social empresarial, como no de movimentos sociais), como é o caso do MST.

Chama ainda a atenção outras terminologias utilizadas pelas reflexões acadêmicas a respeito do MST, que se aproximam mais do sentido da definição da EP, como os termos de Educação Emancipatória; Educação Alternativa; Educação para a Cooperação, ou Coletiva.

Este estudo sobre MS e ENF revela algumas tendências parciais desta relação conceitual e talvez possa contribuir para pensarmos criticamente os usos que o conceito de ENF tem adquirido nas pesquisas acadêmicas, especialmente nas discussões sobre a cidadania participativa. No momento, estamos articulando os conceitos de MS, ENF e Avaliação em um estudo de caso de um cursinho vestibular alternativo, voltado para estudantes das classes trabalhadoras da cidade de Campinas, tendo em vista a representatividade deste projeto político na região onde atua.

## Referências

- DAGNINO, Evelina (2004), *¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?* En Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110.
- GADOTTI, Moacir. (2005), *A Questão da Educação Formal/Não-Formal*. In Instituto Paulo Freire. Estudos, Pesquisas, Formação e Documentação. 1-11. Capturado online em 20/04/2009 de [http://www.paulofreire.org/Moacir\\_Gadotti/Artigos/artigos\\_gadotti\\_portugues.htm](http://www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/Artigos/artigos_gadotti_portugues.htm)
- GOHN, M. da G. (2004) Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. Saude Soc., vol.13, nº. 2, p.20-31
- LAZZARI, F. de C. (2009), *Projetos Sociais Empresariais, Educação Não Formal e Avaliação*. Bolsa PIBIC, PUC Campinas.
- LOPES, D. A. (2009), *Educação Não Formal e Avaliação: em busca de um debate*. V Simpósio Internacional: O Estado e as Políticas Educacionais no tempo presente, Uberlândia, MG, Brasil.
- LUNA, S. V. (1989), *O falso conflito entre tendências metodológicas*. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, v. 4, p. 7-15.
- MINAYO, M. C. S.; SANCHEZ, O. (1993), *Quantitativo & Qualitativo: Oposição Ou Complementaridade?* In Cadernos de Saúde Pública (FIOCRUZ), RIO DE JANEIRO, v. IX, n. 3, p. 239-262.
- NORONHA, O. M. (2006) *Políticas Neoliberais, Conhecimento e Educação*. 2. Ed. Campinas: Alínea, v. 1. 90 p.
- OLIVEIRA, L. S., LAZZARI, F. de C., LOPES, D. A. (2009), *Educação Não Formal e Avaliação: Relações à Deriva?* 61.ª Reunião da SBPC, Manaus, AM, Brasil [pôster].
- OLIVEIRA, M. D. R. . (2007), *Avaliação de egressos de um programa de ação formativa para Promoção Social de famílias rurais*. Universidade Federal de Viçosa, MG, Brasil.
- PAOLI, M. C. P. M. (2003), *Movimentos Sociais, Movimentos Republicanos?* In: F. T. Silva; M. Naxara; V. Camilotti. (Org.). In República, Liberalismo e Democracia. Piracicaba: Editora Unimep, v. 1, p. 163-191.
- SÁPIRAS, Agnes (2007) *Aprendizagem em museus: uma análise das visitas escolares nos Museus Biológico do Instituto Butantan*. São Paulo, FEUSP.
- SCHERER-WARREN, Ilse. (2006), *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. Sociedade & Estado. vol. 21, no.1, p.109-130.
- TAMBURRELLI, Maria. (2006), *Educação e Economia Solidária: Um Estudo de Vivência de Cidadania*. Universidade Metodista de São Paulo São Bernardo do Campo, SP, Brasil.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. (1987) *Introdução À Pesquisa em Ciências Sociais*. A Pesquisa Qualitativa Em Educação. O Positivismo. A Fenomenologia. O Marxismo.. 4. ed. São Paulo: Atlas. 173 p.
- VARGAS NETTO, S. L. F. (2007), *A mística da resistência: culturas, histórias e imaginárias rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos*, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.



WILLE, R. B. (2003), *As vivências musicais formais, não-formais e informais dos adolescentes: três estudos de casos*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.